

**Ana Santos Pinto**

Secretária de Estado da Defesa Nacional

**Intervenção da Secretária de Estado da Defesa Nacional, Ana Santos Pinto, na sessão de encerramento do Seminário “Promoção da Igualdade de Género na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”**

IUM, Lisboa, 21 de outubro de 2019

Acreditem que é com muito gosto que estou hoje no Instituto Universitário Militar para participar nesta sessão de encerramento.

Percebi que ao longo do dia de hoje todos participaram seminário em que vos foi dada a oportunidade de refletir sobre as questões de género na Defesa, a partir de múltiplas perspetivas e, estou certa, que esta reflexão que é por todos partilhada permitiu identificar caminhos prioritários.

Seja do ponto de vista da gestão das políticas públicas, seja do ponto de vista da sua operacionalização, a igualdade entre géneros exige-nos atenção. Igualdade de acesso, igualdade de presença, igualdade de oportunidades, igualdade de respeito e valorização.

As sociedades democráticas constroem-se com a participação todos. A diversidade de perspetivas valoriza as nossas opções e torna-as mais acertadas, porque refletem diferentes sensibilidades, expectativas e realidades.

Assim é, como não podia deixar se ser, na Defesa Nacional.

A definição de uma política pública de Defesa que seja eficaz, que garanta a segurança e a defesa de cada Estado e que contribua ativamente para a segurança dos nossos aliados e parceiros, passa necessariamente por garantir que toda a sociedade nela se revê.

As questões de género são transversais à sociedade e são, por isso, uma parte integrante da construção das sociedades que queremos. Daqui decorre, portanto, que a igualdade de géneros é uma parte integrante também das nossas Forças Armadas e da Defesa Nacional.

Os avanços que a CPLP consiga fazer nesta matéria são ganhos de cidadania, são ganhos democráticos e são ganhos de coesão social. Devemos ambicionar ter Forças Armadas que são um reflexo da estrutura social de cada país, em termos etários, em termos socioeconómicos e naturalmente também em termos étnicos e de género.

Cada género proporciona contributos distintos à Defesa Nacional. A complexidade dos desafios e das missões a que as nossas Forças Armadas, designadamente no contexto da CPLP, dão resposta exigem-nos que mobilizemos todos os recursos à nossa disposição. Exige-nos que valorizemos todos os contributos. Todos contam! No mote que escolhemos para o 2º Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade, que foi apresentado no passado mês de março e que é o mote da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável: “Ninguém pode ficar para trás”.

E devemos ambicionar ir para além da Formação, que é, sem dúvida, fundamental e que, nestas matérias, e que deve acompanhar todo o percurso educativo de cada um dos cidadãos. Devemos liderar pelo exemplo, devemos apostar na criação de conhecimento sociológico que nos permita desenhar políticas públicas mais acertadas.

Portugal tem progredido de forma consistente ao longo da última década em termos de igualdade de género. O *Gender Equality Index* de 2019, realça que foi recentemente apresentado, realça que embora

Portugal ainda permaneça abaixo da média europeia, tem desenvolvido avanços consideráveis. Este é um trabalho diário, para garantir uma desejável quantidade e qualidade da participação feminina em diferentes áreas da atividade política, económica e social.

E esse trabalho continua a ser urgente também na defesa Nacional.

Mas é sempre importante recordar e eu não me canso de dizer que as questões de Igualdade de Género não dizem respeito, apenas, às mulheres. A Igualdade de Género não é um exclusivo feminino. Exatamente porque se trata de Igualdade, dirige-se a Homens e a Mulheres.

É esse o espírito em que assenta o novo plano sectorial da defesa nacional para a igualdade, para o triénio 2019-2021, que estabelece metas tangíveis, quantificadas e que procura responder aos desafios específicos da Defesa Nacional.

É um Plano que assenta no princípio da Igualdade, que promove a Conciliação e que se sustenta na Formação: Igualdade entre mulheres e homens; Conciliação da vida profissional, pessoal e familiar; e Formação de Homens e Mulheres, para promoção da paridade.

Por exemplo, o exercício da parentalidade é um direito de Homens e Mulheres e que ganha particular relevância no contexto da condição militar, em que, em muitos casos, ambos os elementos do casal podem estar ao serviço das Forças Armadas, incluindo destacados em missões.

Este Plano é uma ferramenta política, da qual me orgulho profundamente e que estabelece as linhas prioritárias de ação para todos os agentes da defesa nacional. Depende de todos torná-lo uma realidade. A transformação e adaptação das Forças Armadas face a este desafio, tal como já o fizeram inúmeras vezes no passado com

outras questões, será certamente conseguida novamente e é um desafio central da nossa sociedade.

Sabemos que os processos levam o seu tempo. Sabemos que este Plano não resolve tudo. Só com tempo é que as questões são incorporadas pelas instituições e, mais importante, pelas pessoas.

A Igualdade de Género não se decreta. É necessário ser incorporada e implementada pela sociedade, no seu conjunto.

Também esta mudança de mentalidade é o desafio de liderança que se espera das nossas Forças Armadas.

A partilha de experiências, também no âmbito da CPLP, servirá de motor de aprendizagem comum e por isso, saúdo a todos pela iniciativa.

Muito obrigada.